

TCU faz auditoria em contratos de estatais do segmento nuclear

No foco do tribunal estão contratações da ENBPar, Eletronuclear, INB e Nuclep

Por Sônia Paes

As estatais federais do setor nuclear estão na mira do TCU (Tribunal de Contas da União) que irá intensificar a fiscalização de contratos firmados, principalmente, com a dispensa de licitação. Constan da lista a Eletronuclear - que opera as usinas nucleares em Angra dos Reis - a INB (Indústrias Nucleares do Brasil), a ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional) e Nuclebrás.

A decisão tomada na sessão plenária de quarta-feira, dia 18, e “impulsionada por fragilidades estruturais que comprometem a eficiência e a transparência na aplicação dos recursos”, constam do diagnóstico, produzido pela AudElétrica (Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear).

O ministro do TCU Walton Alencar afirmou, em seu voto, que houve contratação de fornecedores com porte incompatível com o dos contratos firmados. “Houve 406 alertas para contratos firmados com empresas cujo capital social era desproporcionalmente baixo em relação ao valor contratado”, acrescentou o ministro.

Em seu voto, o relator esclari-



Saulo Cruz/TCU

Tribunal deflagra fiscalização após AudElétrica apontar fragilidades estruturais

rece que o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear representa significativo avanço na modernização do controle externo, adotando uma estratégia essencialmente orientada a dados para analisar grande volume de informações sobre as contratações do setor nuclear.

“Diferentemente de fiscalizações tradicionais, este trabalho desenvolveu metodologia para identificação automatizada de padrões de risco, culminando na

criação de um painel dinâmico e na geração de sinais de alerta sobre possíveis fragilidades, sem a pretensão de esgotar todos os critérios legais ou avaliar cada contratação isoladamente”.

Afirma que foram identificados sinais de alertas, “os quais não devem ser compreendidos como irregularidades individualmente comprovadas, mas como indicadores de risco de fragilidade sistêmica ou de não observação de regra de negócio”. Entre eles, o uso excessivo de exceções ao dever

de licitação. Na Eletronuclear, por exemplo, as contratações por inviabilidade de competição totalizaram nada menos do que R\$ 5,3 bilhões. Já na INB, a inexigibilidade representou 22,5% dos valores gastos. E na Nuclep, a dispensa de licitação foi “a modalidade de maior materialidade, com R\$ 1,4 bilhão”.

Fragilidade nas auditorias internas

Ainda conforme o ministro afirma em seu voto, baseado no

levantamento, ocorrem fragilidades apontadas pelas próprias auditorias internas. Ou seja: os relatórios das auditorias internas das próprias empresas corroboram a percepção de risco. Na Eletronuclear, a auditoria interna apontou falhas graves nos processos de inexigibilidade. Na INB, foram encontradas falhas em convocações de licitantes. E na ENBPar, por ser uma empresa recém-criada, sua auditoria interna apontou elevado número de achados, indicando a necessidade de melhorias em sua governança de aquisições.

Exceções à regra

É apontado ainda o uso excessivo de exceções ao dever de licitar: “observou-se que o perfil de aquisições da Eletronuclear, INB e Nuclep é bastante concentrado em modalidades como dispensa e inexigibilidade de licitação, que são exceções à regra”.

“Os achados demonstram, de forma inequívoca, a existência de riscos sistêmicos relevantes. O uso elevado de contratações diretas, a baixa qualidade dos dados e as fragilidades apontadas pelas próprias auditorias internas das empresas evidenciam a necessidade de acompanhamento mais próximo por parte deste Tribunal - diz um trecho da decisão do ministro.

ANP notifica Petrobras para ofertar diesel

A diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou nesta quinta-feira(19) que vai notificar a Petrobras para que ofereça imediatamente os volumes de combustíveis referentes aos leilões de diesel e gasolina A de março deste ano que haviam sido cancelados.

A companhia deve ainda apresentar à ANP detalhes sobre importações previstas, produtos a serem ofertados, preços de compra e venda, datas de chegada e nome dos navios, e demais informações que aumente a previsibilidade do setor.

Suspensão

Nessa quarta-feira (18), a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a suspensão do leilão de diesel e gasolina está diretamente ligada à necessidade de reavaliar estoques. O mercado internacional de petróleo e derivados enfrenta cenário de incertezas por causa do conflito no Oriente Médio.



Companhia deve apresentar dados sobre importações prevista

Segundo ela, o leilão foi suspenso, primeiramente, porque há necessidade de reavaliar todo o estoque disponível.

“Adiantamos entre 10% e 15% das nossas entregas de combustíveis. Mas as condições não permitiam mais que fizéssemos isso, sob risco de penalizar nova-

mente a sociedade, que a gente procura resguardar das ansiedades e da volatilidade do mercado internacional”, complementou.

A ANP informou que, até o momento, não identifica restrições à manutenção das atividades ou à disponibilidade de combustíveis no mercado doméstico, consi-

derando as fontes usuais de suprimento do país e as importações.

“As medidas adotadas têm como objetivo, diante do cenário internacional, intensificar o monitoramento de estoques e importações e prevenir possíveis futuros problemas de abastecimento”, destacou a agência regu-

ladora das indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

A ANP declarou o sobreaviso no abastecimento de combustíveis no Brasil. Dessa forma, os produtores, importadores e distribuidores de combustíveis deverão enviar à Agência as informações solicitadas sobre estoques e importações, até que seja declarado o encerramento da medida. O mecanismo permite o monitoramento dinâmico do abastecimento, subsidiando possíveis ações preventivas.

As empresas notificadas deverão enviar dados e informações sobre estoques e movimentações, para gasolina A, óleo diesel A S10 e óleo diesel A S500, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela ANP. A diretoria da ANP determinou, ainda, a flexibilização excepcional, em todo o país, para diesel e gasolina, até o dia 30 de abril, de modo a aproximar os estoques da ponta de consumo.

Por Agência Brasil